ANAIS DO
V ENCONTRO DE
PESQUISA JURÍDICA
Anhanguera
O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO –
SÉRIE ESPECIAL:
O DIREITO E AS NOVAS TECNOVOLOGIAS

O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO DIREITO: DESAFIOS E ADAPTAÇÕES NA ERA DIGITAL

Autor(res)

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas
Maria Eduarda Xavier
Vamberth Soares De Sousa Lima
Habib Ribeiro David
Kannandha Nunes Costa
Cintia Batista Pereira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

Com o avanço das novas tecnologias, o Direito enfrenta desafios cada vez mais complexos para acompanhar as transformações sociais e digitais. A presença da inteligência artificial, o uso massivo da internet e a coleta de dados pessoais exigem respostas jurídicas eficazes que garantam a proteção dos direitos fundamentais. Nesse contexto, é essencial que a legislação acompanhe a inovação tecnológica, promovendo segurança jurídica, ética e responsabilidade no uso dessas ferramentas digitais.
Além disso, as novas relações jurídicas surgidas no ambiente digital, como os contratos eletrônicos, os crimes cibernéticos e a proteção de dados, demandam interpretações inovadoras por parte dos operadores do Direito.
A atuação do legislador, do Judiciário e dos profissionais jurídicos torna-se fundamental para equilibrar o progresso tecnológico com a preservação dos direitos e garantias constitucionais. O desafio é constante: adaptar normas tradicionais à realidade dinâmica do mundo digital.

Objetivo

Analisar os impactos das novas tecnologias no campo jurídico, destacando os desafios e adaptações necessárias para garantir a efetividade dos direitos fundamentais na era digital. Busca-se compreender como o Direito pode evoluir diante de inovações como inteligência artificial, big data e internet das coisas, promovendo segurança jurídica e ética no ambiente virtual.

Material e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, utilizando legislações, artigos acadêmicos e publicações especializadas sobre Direito Digital e novas tecnologias. Foram analisadas fontes nacionais e internacionais, com enfoque na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), inteligência artificial e crimes cibernéticos. O método adotado é qualitativo, buscando compreender os impactos jurídicos das inovações tecnológicas na sociedade contemporânea.

Resultados e Discussão

A análise demonstrou que o Direito tem evoluído, mas ainda enfrenta dificuldades para acompanhar o ritmo acelerado das inovações tecnológicas. A criação da LGPD foi um avanço importante, porém temas como inteligência artificial, responsabilidade civil por atos de máquinas e crimes virtuais ainda carecem de regulamentação específica. Observa-se também a necessidade de formação contínua dos profissionais do Direito para lidar com essas novas demandas jurídicas.

Conclusão

O Direito precisa acompanhar as inovações tecnológicas, ajustando-se para garantir a proteção dos direitos fundamentais em um mundo cada vez mais digitalizado. Apesar dos avanços legislativos, como a LGPD, há lacunas jurídicas que exigem atenção urgente, especialmente no que tange à inteligência artificial e crimes cibernéticos. A atualização constante da legislação e a capacitação dos profissionais são essenciais para um ordenamento jurídico com segurança, ética e justiça no ambiente digital.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais. Disponível em: www.planalto.gov.br.
REIS, Leonardo. O Direito Digital e os desafios da modernidade. Revista Brasileira de Direito, v. 12, n. 3, 2022.
SILVA, Marcos. Inteligência artificial e responsabilidade civil. São Paulo: Editora Jurídica, 2021.
PEREIRA, João. A regulação da internet e o direito à privacidade. Revista de Direito e Tecnologia, v. 8, n. 2, 2020.
GONÇALVES, Fernanda. Crimes cibernéticos: desafios e soluções jurídicas. Revista Brasileira de Direito Penal, v. 45, n. 1, 2023.